

PREFÁCIO

Antonella Tassinari¹

Este livro reúne uma série de questões que nem sempre são tratadas conjuntamente, embora deversem sê-lo: escola e brincadeiras, técnicas corporais e raciocínio, culturas indígenas e conhecimentos científicos, jogos infantis e regras sociais. Essa possibilidade de associar fontes de conhecimentos pouco reconhecidas pela tradição científica e pela rotina escolar é um dos grandes méritos dos projetos que desenvolvem com cuidados os princípios da interculturalidade. Este parece ser o caso dos projetos que geraram os artigos desta coletânea organizada por Beleni Saléte Grando.

Sua leitura me fez lembrar os estudos de folclore, nem sempre valorizados pela tradição acadêmica brasileira, mas que esteve na base da formação do campo da Etnologia tanto aqui quanto em vários outros países. No Brasil, as pesquisas de folclore foram desenvolvidas de forma sistemática e cuidadosa por autores como o paulista Mário de Andrade (1893-1945), o baiano Mello de Moraes Filho (1844-1919) e os norte-rio-grandenses Câmara Cascudo (1898-1986) e Veríssimo de Melo (1921-1996), este último, autor da obra *Folclore Infantil*, de 1965. As pesquisas realizadas por esses autores foram pioneiras em “levar a sério” as brincadeiras infantis, registrando cantigas de roda, acalantos, adivinhações, jogos, brinquedos e outras atividades realizadas por crianças do Brasil. Foram também inovadoras em reconhecer nessas brincadeiras heranças de tradições muito antigas transmitidas pelas próprias crianças e em considerá-las parte de um patrimônio cultural com possibilidades fecundas de educação.

Com essa perspectiva, Mário de Andrade, na gestão do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1935-1938), elaborou um projeto de Parques Infantis como parte de uma política educacional não-escolar, visando propiciar às crianças um espaço de aprendizagem lúdica e de convívio com a cultura popular. Sem contar sua atuação na criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e numa discussão sobre o lugar da cultura popular no patrimônio nacional que só muito recentemente vem sendo retomada, com o reconhecimento de aspectos imateriais do patrimônio, como as brincadeiras e jogos que são apresentados neste livro.

Também nessa linha de estudos de folclore, Florestan Fernandes (1920-1995) escreveu o premiado trabalho “Trocinhas do Bom Retiro”, descrevendo à minúcia o complexo cultural das turmas de crianças deste bairro paulista, incluindo as regras de aceitação e pertencimento aos grupos, as brincadeiras, as cantigas que acompanham

¹ Cientista Social pela USP é professora associada da Universidade Federal de Santa Catarina (1999). Como antropóloga coordena o Núcleo de Estudos de Povos Indígenas, onde desenvolve seus projetos de pesquisa e extensão, sendo docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, e de ciências sociais em diferentes cursos de graduação. Compõe o Conselho Científico da Associação Brasileira de Antropologia (2008-2012) e participa do Grupo de Estudos da Performance (GESTO).

jogos e desafios. Sua conclusão antecipa em muitos anos o que só muito recentemente vem sendo reconhecido quanto à importância dos jogos e brincadeiras: as crianças do bairro do Bom Retiro, filhos de imigrantes, ao brincarem nas ruas, socializam-se num novo país e contribuem para a adaptação e inserção de suas famílias na cultura local. O reconhecimento de que as brincadeiras infantis permitem às crianças reconhecerem um novo contexto cultural, no qual suas famílias ainda não se incluem, pode ser associado às situações descritas neste livro sobre contextos indígenas e apontada para as possibilidades do uso de jogos e brincadeiras como estratégia pedagógica intercultural.

De forma semelhante aos estudos mencionados, os artigos desta coletânea descrevem com riqueza de detalhes os jogos e brincadeiras de vários povos indígenas do Brasil. Os dois primeiros textos exploram as variedades de um mesmo tipo de jogo encontradas em diferentes culturas (indígenas e não-indígenas) e comparadas com sua variante encontrada em uma etnia específica, como o artigo de Marina Vinha sobre os jogos de tabuleiro dos Kadiwéu/MS e o de Artemis de Araújo Soares sobre os jogos com bolinhas de gude dos Baré/AM.

Os três artigos seguintes descrevem pesquisas realizadas como parte das atividades de cursos de formação de professores indígenas, que geraram levantamentos de jogos e brincadeiras realizadas nas comunidades de origem destes professores. Estes textos são produzidos conjuntamente por autores indígenas e não-indígenas, revelando um perfil mestiço capaz de direcionar olhares para paisagens inusitadas. É assim que, no artigo de Maria do Socorro Craveiro de Albuquerque, que descreve as brincadeiras registradas por jovens de 7 etnias do Acre (participantes do curso de formação promovido pela Comissão Pró-Índio/AC), aparece a fala do professor Fernando Luiz Yawanawá narrando um mito do jabuti para explicar a brincadeira *Iskuruti* (balanço de cipó). Assim também, o artigo de Beleni Saléte Grando *et alli*, ao descrever o acervo das brincadeiras levantadas por professores de 18 etnias estudantes da Licenciatura Indígena da UNEMAT (3º Grau Indígena), registra o *Cariamã* dentre as brincadeiras Baniwa/AM, reconhecendo-o como um ritual e um dos grandes momentos de aprendizagem. O artigo de Eduardo Sebastiani Ferreira *et alli* descreve as atividades desenvolvidas no curso de etno-matemática entre os Waimiri-Atroari/RR/AM, que engloba conjuntamente conteúdos de Educação Física, Matemática e Antropologia. A articulação destes campos disciplinares, geralmente tão apartados nos currículos escolares, é feita com facilidade pelos professores indígenas, a partir da descrição de situações cotidianas que envolvem conjuntamente técnicas corporais, cálculos de quantidades e medidas e valores culturais. E, ao final das atividades, havia sempre a dança ritual Maryba.

Estes exemplos não esgotam a riqueza dos detalhes descritos nos artigos, mas apontam para uma direção que merece ser mais investigada em futuros estudos sobre jogos e brincadeiras indígenas. Trata-se de buscar as classificações nativas que podem associar num mesmo conjunto aquilo que usualmente dissociamos: a brincadeira e a vida séria, o jogo e a atividade produtiva, a educação do corpo e da mente, o lúdi-

co e o sagrado. As classificações nativas que permitem, como nos exemplos acima, incluir mitos e rituais junto do acervo das brincadeiras. Não é à toa que, com certa recorrência e com muito respeito, indígenas se referem às suas atividades xamânicas ou aos seus rituais como “brincadeiras”. E a chave para desvendar essa escolha de tradução parece ser justamente a ênfase que as pedagogias indígenas dão à educação dos corpos, às técnicas de produção de corpos saudáveis, belos e adequados, como vêm mostrando os estudos desenvolvidos pela Etnologia Indígena dos últimos 30 anos.

Nesse sentido, será um desafio pensar se a definição de “jogo” de Johan Huizinga, que norteia boa parte de nossa reflexão sobre a esfera lúdica, como “não séria e exterior à vida habitual”, como “desligada de interesse material”, é adequada para pensarmos nos contextos indígenas. Os exemplos deste livro também associam aos jogos e brincadeiras às atividades diárias e produtivas como a caça, a pesca, a coleta, a produção artística, a construção de casas. Assim conseguimos olhar para as mãozinhas hábeis das crianças esculpindo bolinhas de gude em caroços de tucumã, para a destreza dos jovens no manejo de arcos e flechas, para a criteriosa observação das mulheres coletoras no reconhecimento das plantas úteis para o consumo. A curiosidade, a perícia, a criatividade envolvida nessas ações e em tantas outras descritas nesta coletânea, permitem-nos reconhecer a “seriedade” da dimensão lúdica presente nas atividades cotidianas e produtivas.

Para finalizar, os dois últimos textos desta coletânea sugerem alternativas pedagógicas para as escolas indígenas. João Luiz da Costa Barros, com breves exemplos sobre os Sateré-Mawé/AM, defende justamente a importância de transcender a oposição que a escola faz entre o lúdico e o produtivo e propõe a utilização de brincadeiras na Educação Física Infantil. Maria Aparecida Rezende *et alli* descreve alternativas didáticas propostas aos professores Xavante/MT em oficinas de alfabetização, como a confecção de vários tipos de jogos utilizando as letras do alfabeto xavante e os dados de pesquisa sobre as batatas cultivadas ou recolhidas pelas mulheres xavante: bingo de letras, jogos de cartas, jogos de memória. Esses dois artigos finais comungam daquele pressuposto que mencionei no início como contribuição dos folcloristas: o reconhecimento de que as atividades lúdicas propiciam aprendizagens de regras sociais e valores culturais.

Os jogos propostos nestes dois artigos não surgem de contextos indígenas e, assim, suas regras e lógicas inerentes nem sempre poderão ser adequadamente utilizadas nas escolas indígenas. Será necessário atentar para as regras sociais que orientam a conduta de crianças e jovens envolvidos nas atividades e que talvez não possam ser colocados lado a lado num mesmo jogo, como geralmente se faz nas escolas. As crianças indígenas conhecem bem e respeitam regras de etiquetas e evitações, e podem experimentar antagonismos ou constrangimentos em relação a outras crianças, por pertencerem a determinada classe de idade, condição de gênero, ou mesmo por se tratarem por termos de parentesco que exigem formalidade. De todo modo, e o que parece mais instigante, é que o conhecimento de diferentes regras de jogos, de modalidades novas de brincadeiras, aliadas às outras já conhecidas em seus contextos

indígenas de origem, são estratégias importantes de interculturalidade e apontam para possibilidades de aprendizagem de outras regras sociais e valores culturais embutidos nos currículos escolares.

Enfim, esta coletânea nos apresenta a riqueza de um patrimônio cultural resguardado e transmitido por crianças e jovens indígenas no Brasil. Demonstra a centralidade da brincadeira na produção daquilo que Lévi-Strauss definiu como “ciência do concreto” para caracterizar a agudeza do pensamento indígena: a atenção aprofundada, a habilidade precisa, a discriminação detalhada de diferenças ínfimas, a importância da materialidade como matriz do raciocínio, a qualidade estética. E revela a pertinência de usar os jogos e brincadeiras como possibilidades para o diálogo intercultural nas escolas.